





Santa Anna, rua de Santa Isabel, rua de S. Miguel, rua do Patrocínio, rua da Arrabida, rua de S. Joaquim, rua de João de Nepomuceno, rua do Norte, rua do Cabo, rua de S. Luiz, travessa de Jesus Maria José, travessa de Santo Aleixo, rua da Piedade a Campo de Ourique, beco á roda dos Quarteis, largo da Pascoa, travessa de S. Caetano, rua de S. João dos Bemcasados, rua de Campo de Ourique, rua dos Pousos, estrada dos Arcos, rua direita de S. João dos Bemcasados, Alto dos Prazeres, rua do Forno, rua de S. Bento de n.º 73 a 170 e 242 a 287 (numeração antiga); a votação é na igreja parochial.

2.ª—Rua de S. Bento n.º 1 a 72 e 288 a 387 (numeração antiga), travessa do Pombal, travessa do Nononha, travessa Nova de Santo Antonio, travessa de S. Francisco de Borja, rua de S. Marçal, rua do Monte Olivete, rua da Penha de França, rua da Conceição, travessa de Cego, praça das Flores, rua da Madre de Deus, rua dos Prazeres, rua Nova da Piedade, travessa de Santo Amaro, travessa de Santa Escolastica, travessa de Santa Gertrudes, calçada da Estrella e palácio das cortes, calçada das Francezinhas, largo do Convento Novo, rua da Estrella (antes travessa dos Ladrões), rua de S. Antonio do Coração de Jesus, rua do Jardim, travessa do Jardim, travessa do Jardim (ao Arco), rua da Boa Morte, rua da Fonte Santa, rua de Francisco de Borja, travessa da Torrinha; a votação é no convento das Francezinhas.

#### NOSSA SENHORA DA LAPA

3.ª—Compõe-se d'esta freguezia e a parte da S. Pedro em Alcantara comprehendida dentro da linha da circunvalação; a votação é na igreja parochial. Estas tres assembleias dão um deputado.

A mesma comissão declara que todos os sobreditos numeroes são os antigos.

Casa da comissão, em 19 de fevereiro de 1860.

—O presidente, *Manuel Fernandes Chaves*.

#### CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os indivíduos que forem admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pertencentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessários.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860. —*Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos*, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

#### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Antonio Angelo de Sousa, Antonio Marques—Carlos Mascarenhas (D.), Carlos Pereira de Sequeira, Condessa do Sobral—Diogo Antonio de Sequeira, Domingos Bento—João Ribeiro, Josefa—Lucas da Silva Azevedo Castello, Luiz Bottino—Manuel dos Santos Martins, Miguel Antonio da Silva, Ministro da Fazenda, Maria Anastacia das Dores, Marianna Rita Bravo—Rosa Maria dos Santos.

Administração central do correio de Lisboa, em 20 de fevereiro de 1860. —O administrador, *Luiz José Botelho Seabra*.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

Propostas de lei apresentadas pelo sr. ministro da fazenda em sessão de 15 do corrente, e a que se refere o relatório sobre o estado da fazenda publica inserto no Diário de Lisboa n.º 39 de 17 do mesmo mez

(Continuação)

#### N.º 7

##### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Os impostos de transmissão e as sizas são substituídos, desde o 1.º de janeiro de 1861, por uma contribuição denominada de =registro= nos termos da presente lei.

Art. 2.º São sujeitos á contribuição de registro; 1.º Os actos que importam transmissão de propriedade immovel, de qualquer especie e natureza, por título gratuito ou oneroso, qualquer que seja a denominação ou forma do título.

Comprehendem-se nesta cathogoria os contratos de emphyteuse.

2.º Os actos que importam transmissão de propriedade movel, de qualquer especie e natureza, de valor excedente a 100\$000 réis, por successão testamentaria ou legitima, por escriptura publica de dote, de doação *inter vivos* ou *causa mortis*.

Art. 3.º Não são sujeitos á contribuição de registro:

1.º Os actos de transmissão de propriedade movel ou immovel por título gratuito entre ascendentes, descendentes ou conjuges.

2.º Os actos de transmissão de propriedade movel ou immovel, por título gratuito, feita a misericórdia, hospitaes, casas de expostos, asylos de mendicidade ou infancia desvalida, casas de educação gratuita, ou a quaisquer outros estabelecimentos de beneficencia autorisados pelo governo.

3.º Os actos de expropriação por utilidade publica.

4.º Os actos de transmissão de propriedade litteraria ou artistica, quer seja por título oneroso, quer por título gratuito.

Art. 4.º São sujeitos a contribuição de registro todos os actos que operem transmissão de propriedade, situada ou existente em territorio portuguez, ou a transmissão se verifique entre subditos portuguezes ou entre subditos estrangeiros, ou entre estrangeiros e portuguezes.

Art. 5.º Nas transmissões de bens moveis ou immoveis por título gratuito a contribuição será: De 3% entre collaterales no primeiro grau. De 6% entre collaterales no segundo grau. De 10% entre outras quaesquer pessoas.

Art. 6.º Nas transmissões de bens immoveis por título oneroso, a contribuição será de 6%.

Art. 7.º A contribuição de registro será lançada sobre o valor dos bens transmitidos nos termos dos §§ seguintes:

§ 1.º Quando a transmissão for por effeito de partilhas, a contribuição será calculada sobre o valor que os bens tiverem no inventario.

§ 2.º Quando a transmissão for por effeito de contrato, que careça de insinuação, a contribuição será calculada sobre o valor que os bens tiverem para a insinuação.

Excepção se o valor do inventario ou da insinuação for inferior ao producto do respectivo rendimento collectavel, inscripto na matriz da contribuição predial, multiplicado por 20.

§ 3.º O producto dos bens livres será o producto do seu rendimento multiplicado por 20.

§ 4.º O valor dos bens vinculados será o producto do seu rendimento multiplicado por 10.

§ 5.º O valor dos bens emphyteuticos será o producto do seu rendimento multiplicado por 20, menos a somma de vinte fôros e um laudemio.

§ 6.º O valor do dominio directo será o producto do canon multiplicado por 20 e mais um laudemio.

§ 7.º O valor do usufructo será o producto do rendimento do predio que se ha de usufruir multiplicado por 10.

§ 8.º O valor da propriedade separada do usufructo será o producto do seu rendimento multiplicado por 10.

§ 9.º O valor das pensões vitalicias será o producto de uma pensão multiplicada por 10.

§ 10.º O valor das inscripções ou de quaesquer outros titulos de divida publica, das acções e obrigações de bancos, companhias ou sociedades, será o que tiverem no mercado ao tempo em que a contribuição for liquidada.

§ 11.º O valor dos moveis será o que lhes for dado por avaliadores peritos.

§ 12.º Nas vendas e subrogações a contribuição será calculada sobre o preço, quer este seja em dinheiro, quer em inscripções ou outros quaesquer titulos de divida publica, acções de bancos, companhias ou sociedades.

§ 13.º Nas consignações de predios para pagamento de dividas será a contribuição calculada sobre o valor em que os predios forem consignados.

§ 14.º Nas adjudicações ou arrematações será a contribuição calculada sobre o preço da arrematação ou valor da adjudicação.

§ 15.º Nas renuncias ou cedencias será a contribuição calculada sobre o preço que for pago ao renunciante ou cedente, ou sobre o valor do objecto que elles receberem.

§ 16.º Nas permutações será a contribuição calculada sobre o valor dos bens permutados e da differença paga a dinheiro, havendo-a.

§ 17.º Nas emphyteusos será a contribuição calculada sobre o producto do foro estipulado multiplicado por 20.

§ 18.º Nas transmissões por título gratuito se deduzirá do valor liquidado a importância das dividas passivas ou das pensões a que ficar obrigada a pessoa para quem for feita a transmissão.

§ 19.º Quando a propriedade se transmitir separada do usufructo, a liquidação será feita ao proprietario e ao usufructuario, como dois contribuintes distinctos, e com differente responsabilidade.

§ 20.º Para determinar o valor dos bens de raiz será sempre adoptado o rendimento collectavel, inscripto na matriz da contribuição predial, excepto nos casos dos §§ 1.º e 2.º

Art. 8.º A contribuição de registro será liquidada pelo respectivo escripto de fazenda, segundo a forma e nos prazos que forem estabelecidos nos regulamentos.

§ unico. D'esta liquidação ha recurso para o conselho de direcção das contribuições directas no ministerio da fazenda, e d'este para o conselho d'estado no contencioso administrativo.

Ambos estes recursos têm effeito suspensivo.

Art. 9.º Os conhecimentos de cobrança da contribuição de registro terão força de sentença passada em julgado, e serão cobrados executivamente do mesmo modo que as outras contribuições publicas.

Art. 10.º A contribuição de registro será sempre paga por inteiro por aquelles para quem passaram os bens, e nas permutações por ambos os permutantes.

§ unico. Este pagamento será feito, nas transmissões por título gratuito, logo que a transmissão se verificar, e nas transmissões por título oneroso, antes de celebrado o acto, que a opera, o qual será nullo sem o prévio pagamento da contribuição respectiva.

Art. 11.º Para os effeitos d'esta lei são consideradas as promessas de venda, como vendas effectivas, pagando-se por taes promessas a respectiva contribuição, a qual será restituída quando a venda se não realisar.

Art. 12.º Os bens transmitidos, quaesquer que sejam, e ainda que os possua terceiro, são hypothecados da contribuição, a qual será sempre integralmente paga com preferéncia a quaesquer creditos, ainda aos mais privilegiados.

Art. 13.º São nulos, e nenhum effeito produzirão em juizo, todos os contratos que não tiverem pago contribuição de registro, sendo a ella sujeitos nos termos d'esta lei.

São inexecutáveis as sentenças e autos de conciliação e formaes de partilhas, que, devendo-a, não tiverem pago a contribuição de registro.

São nulos todos os contratos simulados em fraude d'esta lei.

Art. 14.º Fica o governo autorisado, tendo em vista o regimento das sizas, a lei de 12 de dezembro de 1844, e mais legislação em vigor, relativa aos ditos impostos que a contribuição de registro substitui, na parte não revogada pela presente lei, a decretar em um regulamento especial:

1.º A forma do processo administrativo para a liquidação da contribuição de registro.

2.º O modo pelo qual os funcionarios publicos, de qualquer ordem ou jerarchia, devem concorrer para o inteiro cumprimento d'esta lei, os prazos e penas a que ficam sujeitos.

3.º O modo pelo qual os individuos particulares devem noticiar na repartição competente os contratos ou actos judiciais de que se deva pagar contribuição, os prazos e penas a que ficam sujeitos.

4.º As relações que devem existir entre o processo relativo ao registro geral dos actos que operam transmissão de propriedade, quando este registro venha a ser estabelecido por lei, e o processo que diz respeito á liquidação e pagamento da contribuição respectiva.

Art. 15.º As violações da presente lei, e respectivo regulamento, serão punidas, conforme as circumstancias do facto e grau de culpabilidade, com as seguintes penas:

1.ª Multa de 2\$000 a 100\$000 réis.

2.ª Suspensão do officio ou emprego de um a seis mezes.

3.ª Demissão.

Art. 16.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. —*José Maria do Casal Ribeiro*.

#### N.º 8

##### PROPOSTA DE LEI

Art. 1.º Ficam extinctos, desde o 1.º de janeiro de 1861, o imposto adicional para amortização das notas, estabelecido pelas leis de 13 de julho de 1848, 20 de abril de 1850 e 25 de abril de 1857, e o novo imposto adicional estabelecido pela lei de 14 de agosto de 1858.

§ unico. Exceptuam-se d'esta disposição os addicionaes que rechem sobre os seguintes rendimentos:

1.º Sobre todos os impostos e rendimentos publicos vencidos até 31 de dezembro de 1860, pelos quaes continuarão a cobrar-se os addicionaes a que estão sujeitos, á proporção que se effectuar a respectiva cobrança, e debaixo da designação de addicionaes por leis de 25 de abril de 1857 e 14 de agosto de 1858.

2.º Os direitos que se cobram nas alfandegas, em quanto não for posta em vigor a nova pauta.

3.º As rendas de predios pertencentes á fazenda, e todos os outros rendimentos publicos que se acham contratados, e estão sujeitos aos referidos addicionaes em quanto durarem os actuaes contratos.

4.º O imposto denominado =real d'agua= em quanto por lei se não prover á sua reforma ou substituição.

Art. 2.º Fica tambem extincto, desde o 1.º de janeiro de 1861, o imposto de 15% para estradas, estabelecido pela lei de 22 de julho de 1850, sendo porém substituido este imposto por outro, que se denominará de =viação=, applicado aos encargos provenientes da construção e conservação de caminhos de ferro, estradas e outras obras, e ás despesas tendentes a facilitar as communicações internas e externas do paiz.

Art. 3.º O imposto de viação será lançado na proporção de 20% sobre os seguintes impostos:

1.º Contribuição predial.

2.º Contribuição industrial.

3.º Contribuição pessoal.

4.º Contribuição de registro.

§ unico. O mesmo imposto será de 30% sobre a decima de juros, de 10% sobre os direitos de mercês e de matriculas e cartas, e de 5% sobre o imposto do pescado.

Art. 4.º As consignações que actualmente se pagam pelos diversos emprestimos contratados sobre o imposto das estradas serão satisfeitas pelos mesmos cofres e pelo producto do imposto de viação, em quanto não forem amortisados os respectivos emprestimos.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. —*José Maria do Casal Ribeiro*.

#### N.º 9

##### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Ficam extinctos desde o 1.º de janeiro de 1861 os impostos denominados terças dos concelhos, e contribuição dos concelhos para a universidade.

Art. 2.º Os predios pertencentes aos municipios, cujo rendimento actualmente está sujeito ao pagamento da terça, ficam sujeitos ao pagamento da contribuição predial, nos mesmos termos dos que pertencem a particulares.

Art. 3.º Todo o augmento de rendimento liquido, que da presente lei provier aos municipios, será exclusivamente applicado á construção de estradas municipaes.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. —*José Maria do Casal Ribeiro*.

#### N.º 10

##### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Ficam extinctos desde o 1.º de janeiro de 1862 em diante, nas ilhas adjacentes, os ditos, decima predial, quinto, subsidio litterario, finto na ilha da Madeira, e quartos das maquinas na ilha de S. Miguel.

§ unico. Nos districtos, onde as actuaes arrematações comprehendem maior prazo, a disposição d'esto artigo terá logar quando findem os contratos respectivos.

Art. 2.º Desde o 1.º de janeiro de 1862 em diante, ou desde que terminem as arrematações actuaes na hypothese do § unico do artigo antecedente, é applicavel ás ilhas adjacentes a legislação que rege as contribuições predial e pessoal no continente do reino.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. —*José Maria do Casal Ribeiro*.

#### N.º 11

##### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a publicar uma nova edição das pautas, geral das alfandegas, e da alfandega municipal de Lisboa, servindo de tipo de pesos e medidas do systema metrico decimal, e reduzindo a uma só verba o imposto principal e os addicionaes, que actualmente se cobram, á excepção dos emolumentos.

§ unico. A differença para mais ou para menos nos direitos provenientes das reduções, de que trata o artigo 1.º, nunca poderá exceder a 10% da sua total importância.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. —*José Maria do Casal Ribeiro*.

#### N.º 12

##### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º O exclusivo do tabaco será directamente administrado por conta do governo desde o dia 30 de abril de 1861, em que finda a actual arrematação do contrato do tabaco.

Art. 2.º Os preços actuaes da venda dos diversos generos, comprehendidos no referido exclusivo, continuarão em vigor em quanto por lei não forem alterados.

Art. 3.º Fica em pleno vigor toda a legislação relativa ao contrabando do tabaco, e bem assim as disposições comprehendidas nas condições do actual contrato, na parte em que forem applicaveis á administração por conta do estado.

Art. 4.º É o governo autorisado a decretar as providencias necessarias para a administração do exclusivo do tabaco, procurando, quanto possivel, cingir-se ao systema actualmente em pratica, em quanto pelas cortes não for definitivamente organizada a mesma administração.

Art. 5.º As consignações estabelecidas por lei á junta do credito publico e ao banco de Portugal pelo contrato do tabaco, continuarão a ser pagas directamente á mesma junta e ao banco pela administração do tabaco.

Art. 6.º É aberto no ministerio da fazenda um credito extraordinario até á quantia de 400:000\$000 réis para a aquisição das machinas, tabacos fabricados e para fabricar, e outros materiaes e despesas necessarias para a administração do exclusivo do tabaco por conta do estado.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. —*José Maria do Casal Ribeiro*.

#### N.º 13

##### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º O governo poderá decretar a cobrança do imposto do sello por meio da estampilha para quaesquer diplomas, actos e papeis sujeitos ao mesmo imposto antes ou depois de escriptos.

Art. 2.º Os recibos, facturas e quitações, de qualquer natureza e proveniência que sejam, são sujeitos ao imposto do sello, o qual será:

De 10 réis nos recibos e quitações até 1\$000 réis. De 25 réis nos de 1\$000 inclusive até 50\$000 réis. De 100 réis nos de 50\$000 inclusive até 100\$000 réis.

De 200 réis nos de 100\$000 réis ou de maior quantia.

Os vales do correio pagarão de sello cada um 10 réis.

§ unico. São isentos de sello os recibos de fóros por quantias que não excedam a 100 réis.

Art. 3.º Os diplomas de aprovação e confirmação de estatutos, compromissos, e contratos de corporações, sociedades ou companhias, sejam permanentes ou temporarias, pagarão de sello por uma só vez 30\$000 réis.

§ unico. São isentos de sello os estatutos das sociedades litterarias, artisticas e de piedade, instrucção ou beneficencia, os de montes pios, e das associações de operarios.

Art. 4.º Pelos diplomas de accesso ou transferencia de officios e empregos, ou se verifique dentro do mesmo quadro, ou de um para outro quadro, pagar-se-ha a taxa do sello de mercê, relativa á melhoria de vencimento, se a houver. Não havendo melhoria pagar-se-ha somente o sello do papel em que for escripto o diploma.

Art. 5.º É elevado a 10% o imposto que se cobra sobre os premios das loterias.

Art. 6.º Toda a pessoa que sacar, aceitar, ou indorçar letra; passar ou assignar recibo ou quitação; escrever ou assignar diploma, documento, ou acto de qualquer natureza, que deva ser sellado antes de escripto, em papel não sellado, ou com sello inferior ao que é devido por lei, incorrerá na multa de 20% do valor representado na letra, recibo, ou documento, quando o valor for conhecido; e quando o não for, na de 10\$000 réis até 100\$000 réis.

Art. 7.º Nenhuma letra, escripto á ordem, nota, recibo, quitação ou qualquer outro documento que deva ser sellado antes de escripto, e o não tenha sido com o sello devido por lei, poderá ser admittido em juizo ou perante qualquer autoridade sem que previamente se pague alem do decuplo do sello que deixou de ser pago em tempo, a multa de 20% do valor representado no mesmo documento, ou de 20\$000 réis, quando o valor não for conhecido.

Art. 8.º As disposições dos artigos 6.º e 7.º não terão logar quando se prove não haver á venda dentro do respectivo concelho o papel sellado em que devam ser escriptas as letras e outros documentos, ou as estampilhas quando seja admittida esta forma de pagamento. Neste caso somente poderão ser revalidadas as letras, escriptos ou outros documentos dentro de 15 dias da data, pagando-se o sello respectivo; e quando se não pague dentro d'este prazo ficarão os signatarios sujeitos ás penas comminadas pelos citados artigos.

Art. 9.º É o governo autorisado a fazer as alterações que julgar convenientes nas tabellas annexas ás leis de 10 de julho de 1843 e 23 de abril de 1845, que regulam o imposto do sello quanto aos objectos que não são comprehendidos nas disposições dos artigos antecedentes; e a estabelecer no regulamento respectivo as providencias necessarias para assegurar a cobrança d'este imposto, cuja fiscalização ficará especialmente a cargo dos delegados do thesouro e escriptas de fazenda, aos quaes pertencerá metade das multas que por sua diligencia se cobrarem; podendo o governo arbitrar gratificações aos agentes subalternos que tomarem parte na mesma fiscalização.

§ 1.º Nas alterações autorisadas por este artigo, nenhum acto ou documento poderá ser sujeito ao imposto de sello alem d'aquelles de que tratam os artigos antecedentes, e dos outros que actualmente estão sujeitos por lei ao mesmo imposto.

§ 2.º Poderão porém ser isentos de sello alguns dos objectos comprehendidos nas tabellas annexas ás leis de 10 de julho de 1843 e 23 de abril de 1845.

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. —*José Maria do Casal Ribeiro*.

#### N.º 14

##### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Os direitos de mercês continuarão a cobrar-se segundo o que dispõe o decreto de 31 de dezembro de 1836 e mais legislação em vigor, salvas as disposições da presente lei.

Art. 2.º São isentos de direitos de mercês os vencimentos correspondentes a commissões temporarias de serviço publico.

Art. 3.º A fiscalização e arrecadação dos direitos de mercês, incumbem ao ministerio da fazenda, aonde haverá um registro de todas mercês, assim honorificas como lucrativas, que forem feitas por qualquer ministerio ou repartição publica, e d'elle constará a natureza da mercê, a data do diploma que a houver concedido, e a importância dos direitos que dever cada um dos agraciados.

Art. 4.º Os direitos de mercês honorificas ou lucrativas poderão ser pagos dentro do prazo de 2 mezes, a contar da data da mercê, ou em dinheiro ou em titulos de divida fundada interna ou externa de 3% pelo seu valor nominal; por meio de encontro, no prazo de 4 annos, quando o agraciado tenha vencimento certo pelos cofres do estado; ou em prestações por elle pagas directamente no mesmo prazo, quando o vencimento for incerto.

Art. 5.º Toda a pessoa agraciada com mercê, de que deva direitos, solicitará pelo ministerio da fazenda, dentro do prazo de 2 mezes, guia para pagá-los de prompto, em conformidade do artigo antecedente, ou a faculdade de os satisfazer por encontro ou prestações, segundo tiver ou não vencimento pago pelo estado.

Art. 6.º Quando no referido prazo de 2 mezes o agraciado não pague de prompto os direitos que dever, tenha ou não solicitado a faculdade de os satisfazer por encontro ou prestações, serão extrahidos do registro, mencionado no artigo 3.º, os documentos necessarios para se effectuar a cobrança no prazo de 4 annos directamente do agraciado, ou por intervenção do pagador do cofre, por onde elle receber os seus vencimentos.

§ unico. Estes documentos terão força executiva, e no caso de não serem pagos os direitos respectivos, servirão de base aos competentes processos, nos mesmos termos estabelecidos para as dividas por impostos de repartição ou lançamento.

Art. 7.º Fimdo o prazo de 4 annos, marcado no artigo 4.º, passar-se-ha, pelo ministerio da fazenda no diploma do agraciado, quitação dos direitos por que tiver sido debitado, mediante a apresentação de documentos, que comprovem a effectividade de pagamento dos mesmos direitos.

Art. 8.º A todo e qualquer empregado que no prazo de 4 mezes não apresentar ao respectivo chefe a sua carta ou provimento com declaração de que pagou os direitos competentes, ou tem de satisfazer por prestações ou por encontro, será suspenso o respectivo vencimento e exercicio, até que apresente o seu diploma de serventia em devida forma.

Art. 9.º O chefe de repartição que ordenar o pagamento aos empregados, que não lhe apresentarem os seus diplomas de mercê dentro do referido prazo, e o pagador que fizer esse pagamento, ficam responsáveis pelos direitos devidos pelos mesmos empregados, quando se dê o caso de insolvabilidade d'elles.

Art. 10.º As disposições d'esta lei são



## Bases do calculo do contingente da contribuição pessoal para o anno de 1861

Districtos	Termo médio dos lançamentos de 1856, 1857 e 1858 dos impostos			5 por cento adicionais do termo médio dos impostos			15 por cento para estradas sobre o termo médio do imposto de creche e cavalgaduras			Imposto creado pela lei de 14 de agosto de 1858			10 por cento para amortização das notas			Distribuição proporcional do contingente de 180.000.000		
	De 4 por cento de rendas de casas	De creche e cavalgaduras	Total	De 4 por cento de rendas de casas	De creche e cavalgaduras	Total	De 4 por cento de rendas de casas	De creche e cavalgaduras	Total	De 4 por cento de rendas de casas	De creche e cavalgaduras	Total	De 4 por cento de rendas de casas	De creche e cavalgaduras	Total	De 4 por cento de rendas de casas	De creche e cavalgaduras	Total
Aveiro.....	273.641	874.376	1.148.017	10.945	34.955	45.900	13.668	45.955	59.623	22.207	58.120	80.327	8.811	23.517	32.328	1.161.073	2.297.963	3.459.032
Beja.....	705.585	539.367	1.244.952	28.223	21.575	49.798	36.279	26.908	63.187	24.912	68.100	93.012	2.644	7.031	9.675	1.272.700	2.371.663	3.644.363
Braga.....	1.978.621	947.145	2.925.766	79.145	37.887	117.032	98.592	47.857	146.449	58.516	156.960	213.476	11.500	3.387.643	3.701.119	3.726.407	5.485.425	9.207.524
Bragança.....	189.573	247.867	437.440	7.583	12.333	19.916	5.486	12.333	17.819	8.471	26.290	34.761	59.560	165.609	225.369	589.170	867.282	1.356.452
Castello Branco.....	318.281	1.348.820	1.667.101	12.731	53.544	66.275	15.914	67.441	83.357	33.242	100.600	133.842	20.667	57.771	78.438	2.240.448	3.238.032	5.478.470
Coimbra.....	1.416.580	1.322.350	2.738.930	56.663	53.544	110.207	70.844	66.511	137.355	54.797	125.551	180.348	3.195.911	319.592	3.515.503	3.515.503	5.174.597	8.690.100
Evora.....	1.267.813	1.551.867	2.819.680	50.703	62.075	112.778	68.300	77.538	145.838	48.992	117.330	166.262	3.399.836	339.836	3.739.672	3.739.672	5.505.169	9.244.841
Faro.....	952.892	1.496.373	2.449.265	38.116	59.836	97.952	47.645	74.836	122.481	31.614	154.095	185.709	2.160.209	216.020	2.376.229	2.376.229	4.489.542	6.865.771
Guarda.....	67.164	1.491.017	1.558.181	2.687	59.836	62.523	3.358	74.836	78.194	45.307	123.500	168.807	60.377.474	6.037.474	66.414.948	66.414.948	88.878.623	155.293.571
Leiria.....	299.617	1.366.180	1.665.797	11.985	55.309	67.294	14.758	55.309	70.067	29.727	99.794	129.521	3.397.166	339.716	3.736.882	3.736.882	5.500.579	9.237.461
Lisboa.....	29.579.769	18.316.304	47.896.073	1.183.189	915.846	2.099.035	1.478.389	915.846	2.394.235	54.508	2.448.743	2.503.251	21.088.631	2.108.631	23.197.262	23.197.262	31.043.567	54.240.829
Portalegre.....	932.319	1.681.827	2.614.146	37.693	84.006	121.699	46.515	84.006	130.521	52.282	182.803	235.085	3.397.166	339.716	3.736.882	3.736.882	5.500.579	9.237.461
Porto.....	14.303.439	2.981.470	17.284.909	571.712	149.088	720.800	345.505	229.620	19.171.483	1.917.148	21.088.631	2.108.631	21.088.631	2.108.631	23.197.262	23.197.262	31.043.567	54.240.829
Santarém.....	1.073.379	2.553.404	3.626.783	42.937	127.660	170.597	33.668	127.660	161.328	72.535	233.863	306.403	3.397.166	339.716	3.736.882	3.736.882	5.500.579	9.237.461
Viana.....	741.554	444.833	1.186.387	29.678	22.817	52.495	37.407	22.817	80.314	35.422	115.736	151.158	1.398.650	139.866	1.538.516	1.538.516	2.264.571	3.803.087
Villa Real.....	1.585.682	1.105.443	2.691.125	63.434	58.623	122.057	39.284	58.623	97.907	40.122	138.029	188.151	2.110.230	211.023	2.321.253	2.321.253	3.417.506	5.738.759
Vizem.....	679.495	1.906.322	2.585.817	27.175	95.810	122.985	23.575	95.810	119.385	51.714	171.100	222.814	3.397.166	339.716	3.736.882	3.736.882	5.500.579	9.237.461
Total.....	55.465.404	40.842.195	96.307.599	2.773.270	2.042.109	4.815.379	2.773.270	2.042.109	6.815.379	2.287.570	1.625.810	111.162.897	11.116.528	122.279.425	133.395.953	180.000.000	180.000.000	180.000.000

## Desenvolvimento do contingente repartido ao districto de Lisboa

Lisboa (Bairros...)	24.204.440	11.352.526	36.156.966	1.210.222	597.627	1.792.879	1.084.708	343.500	41.185.962	4.118.596	45.304.558	66.690.321
Lisboa (Concelhos...)	5.375.829	6.364.378	11.739.207	268.467	318.219	586.686	234.794	186.870	13.702.924	1.370.292	15.073.216	22.188.602
Total.....	29.579.769	18.316.304	47.896.073	1.478.389	915.846	2.379.565	1.319.502	530.370	59.888.886	5.488.888	65.377.774	88.878.623

N. B. Nos bairros do concelho de Lisboa o imposto creado pela lei de 14 de agosto de 1858 vac calculado na razão de 3 % e nos demais concelhos na de 2 %, tudo em conformidade da mesma lei.

## N.º 17

## PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a decretar as alterações que julgar convenientes na administração da fazenda publica, comprehendendo a secretaria d'estado dos negocios da fazenda e thesouro publico, e bem assim as repartições de fazenda dos districtos e concelhos; tendo em vista as disposições das seguintes artigos:

Art. 2.º Crear-se-hão até sete logares de inspectores de contribuições e de serviço de fazenda, os quaes serão escolhidos d'entre os mais habéis empregados de fazenda, e terão a seu cargo a visita dos districtos e concelhos, promovendo a execução das leis e regulamentos fiscaes, e habilitando a administração central com os esclarecimentos precisos para o seu aperfeiçoamento.

§ unico. Estas visitas não dispensam as que devem ser feitas pelos delegados do thesouro ou seus commissionedos nos respectivos districtos, e as que que extraordinariamente forem ordenadas pelo ministro.

Art. 3.º A administração da fazenda nos districtos continuará a ser exercida nas repartições de fazenda dirigidas por delegados do thesouro, cujos logares devem constituir comissões temporarias, e ser exercidos por officios do thesouro.

Art. 4.º Em cada comarca, excepto nas de Lisboa e Porto, haverá um só recebedor encarregado da cobrança dos impostos e rendimentos actualmente a cargo dos recebedores de concelho.

Art. 5.º Os recebedores de comarca, por si ou por propostos seus e debaixo de sua responsabilidade, serão obrigados a proceder á cobrança das contribuições de repartição e lançamento em cada uma das freguezias comprehendidas na respectiva comarca, e fora da sua sede, um dia pelo menos durante cada prazo dos que forem fixados para a abertura dos cofres, precedendo editaes e todos os meios de publicidade.

Art. 6.º A cobrança das contribuições de repartição e lançamento será feita em quatro prestações trimestraes. Em vez de 3 % ao 40 réis de aviso a que pelo decreto de 27 de junho de 1858 estão obrigados os contribuintes que não satisfizerem á bôca do cofre as suas collectas, adicionar-se-ha, a titulo de multa, e com applicação ás falhas da respectiva contribuição, 1 % sobre a collecta por cada trimestre que decorrer sem que o contribuinte satisfizesse a sua importância. Só depois de encerrado o cofre para a arrecadação da quarta e ultima prestação poderá ter logar a execução pelo principal e multas. Em Lisboa e Porto a execução terá logar findo cada semestre.

Art. 7.º As quotas que competirem aos recebedores serão contadas por inteiro, quando a cobrança se houver effectuado dentro dos prazos estabelecidos para a abertura do cofre; por dois terços quando o pagamento voluntario se effectuar depois d'esses prazos; e por um terço quando tiver logar por effeito de execução.

Art. 8.º O governo procederá á revisão das tabellas de quotas e emolumentos, que pelo serviço fiscal recebem os funcionarios administrativos e os de fazenda.

Art. 9.º A despesa proveniente da reforma do serviço de fazenda, autorisado pela presente lei, não poderá exceder em somma superior a 30.000.000 réis a despesa actual com o mesmo serviço, comprehendendo as gratificações por serviço extraordinario e fora das horas do expediente.

§ unico. Neste augmento de despesa não se comprehendem os vencimentos de reforma, nem as differenças que possam resultar da revisão das tabellas de quotas autorisada pelo artigo 8.º

Art. 10.º O governo dará conta ás cortes do uso que houver feito das autorisações concedidas pela presente lei.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario. Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.

## NOTÍCIAS DO REINO

## CONTINENTE

Aveiro.—Tratando do estado das sementeiras n'este districto, diz o *Campanhão das Províncias*, que estão excellentes. As de trigo principalmente, depois das ultimas neves, tem tomado um caracter menos viscoso, e por conseguinte mais promettedor. Pelo contrario as sementeiras do tremço, de fava e de ervas, tem-se resentido muito da friagem que tem grassado.

—Noutra noticia o mesmo jornal, referindo-se ao estado do tempo, diz que a temperatura continua frigidissima. O gelo cê com profusão, soprando ao mesmo tempo o nordeste, que, transmittindo das serras batoradas glaciaes, faz augmentar de ponto a frigida temperie da estação.

Vizeu.—O *Vizinho* de 17, referindo-se ao estado do tempo, escreve o seguinte:

«Estamos nas regiões polares. Não se pára com um frio insupportavel.

«Costuma ser o fevereiro um mez de temperatura variada e inconstante. O actual está sendo de uma notavel constancia no frio de gelo, com que nos mimoseia.

«Desde o primeiro dia ainda não deixou de soprar um leste, que tem as ruas cobertas de gelo. Deseja-se e muito uma camada de neve para ver se amacia a aspersa da estação.»

Porto.—Acerta das investigações que se continuam a fazer para descobrir as pessoas implicadas no crime da fabricação da moeda falsa, lê-se o seguinte no *Commercio do Porto* de 17:

«Continua ainda a busca na rua da Boavista, na casa de Joaquim Rosa. Até agora só appareceram algumas cartas de Vigo, que não dão esclarecimentos.

tos alguns sobre o objecto de que se trata. As autoridades proseguem activamente nas diligencias que, se forem acertadas, devem dar os resultados que tanto são para desejar.»

—Madame Ristori sempre vae a Coimbra, mas ainda volta ao Porto. Eis o que o jornal acima citado, de 18, diz a este respeito:

«Madame Ristori dá hoje a ultima e 10.ª representação da assignatura com o drama *Maria Visconti*.

«Amanhã parte para Coimbra, onde vae representar, na segunda feira, a *Medda*, e regressando a esta cidade, dará, na noite de 23, a pedido do sr. governador civil, uma representação em beneficio dos asylos de mendicidade, raparigas abandonadas e primeira infancia, com o drama *Francesca di Rimini*, e a scena os *Ultimos momentos de Camões*, por madame Ristori e actor Majeroni.»

—No *Commercio do Porto* lê-se o seguinte:

«Publicou-se já o 1.º numero do novo periodico de medicina, cirurgia, pharmacia e sciencias accessorias, intitulado — *Gazeta Medica do Porto* — de que é redactor principal o sr. dr. José Fructuoso Ayres de Gouveia Osorio, e colaboradores varios leites da escola medico-cirurgica, e outras pessoas competentes nas materias a que o periodico é consagrado. Publica-se todos os mezes um numero de 32 paginas. O nome do seu redactor principal de per si só é garantia sufficiente do merecimento e excellencia d'esta nova publicação, á qual desejamos longa vida, para poder cabalmente desempenhar o utilissimo fim a que se destina.»

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 17 do corrente e de Paris até 14.

São de pouco interesse as ultimas noticias relativas á guerra de Africa. Deprehende-se dos despachos telegraphicos mais recentes, que o exercito hespanhol continua occupado a cidade de Tetuán e acampamentos immediatos, tendo partido algumas forças em diferentes direcções, a fim de operarem reconhecimentos, dos quaes até hoje se não receberam promenores allugas.

O boato de uma paz, que deve ser concluida em breve, é o grande acontecimento que preoccupa o exercito hespanhol, que todavia deseja que continuem as hostilidades.

Alem dos despachos, que contêm as noticias que acima transcrevemos, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

## DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Vienna, 14 de Fevereiro.—Espalhou-se o boato de que se projecta um emprestimo.

Dizem as correspondencias de Napoles que o rei mandou pôr em liberdade todos os individuos suspeitos de crimes politicos, e que só serão julgados pelos tribunaes aquelles que effectivamente são criminosos.

Londres, 14.—Lord John Russell apresentou no parlamento os documentos relativos á questão da Italia. Na mesma sessão foi discutida a questão da China, a do tratado de commercio e a da Saboya. Lord Cochrane censurou o procedimento de lord Elgin por ter obrado com precipitação.

Lord Gibson comprometteu-se a dar conhecimento de quaes eram os direitos actuaes francezes impostos sobre artigos inglezes, e dos que serão abolidos se o parlamento autorisar o tratado.

Copenhague, 14.—São cada vez maiores as difficuldades para se organizar um novo ministerio. O governo dirigiu-se, por via telegraphica, ao seu ministro residente em Paris, perguntando-lhe se quer encarregar-se de formar o gabinete, sendo-lhe para isso conforidos plenos poderes.

Vienna, 14.—Falla-se de um novo emprestimo. Os apuros do thesouro, longe de diminuir, augmentam.

Berlin, 13.—Vinte e seis deputados de Schlewig, quer dizer, um numero superior á maioria da assembleia, dirigiram uma representação ao rei da Dinamarca, na qual dizem o seguinte:

«A declaração dos direitos politicos, publicada em janeiro de 1852, satisfiz muito imperfeitamente as nossas esperanças, e todavia nem mesmo se cumpriram ainda essas promessas. Em vez de se respeitarem com igualdade os direitos das diferentes nacionalidades da monarchia, comprimiu-se violentamente a nacionalidade alemã.»

Só pôde haver paz se o systema for modificado. Como a publicação de 1852 não dizia especialmente respeito ao Holstein, mas tambem a Schlewig, as disposições abolidas em novembro de 1848 e a constituição geral da monarchia deixaram de ser validas para o Schlewig. Os estados recordam a declaração da Dinamarca, entregue em setembro de 1848 á Dieta germanica; declaração esta que reconhecia a união do Schlewig ao Holstein; e protestam solememente contra a separação dos dois ducados.

Amanhã (14) deve ser discutida a representação de que acima fallamos.

Paris, 14.—Os jornaes occupam-se da circular de mr. de Thouvenel, em resposta á encyclica do papa. A circular limita-se a fazer uma resenha historica politica das provincias revoltadas, para provar que a separação d'essas provincias não affecta o poder espirital do papa, como este ultimo diz na sua encyclica.

A *Gazeta de França* recebeu uma segunda advertencia por ter calumniado o grande acto, em virtude do qual Napoleão I restabeleceu em França o culto catholico.

Marselha, 14.—Consta pelas ultimas correspondencias dos Estados Unidos, que o embaixador inglez, no Mexico, apresentou o seu ultimatum relativo ás reclamações do seu paiz.

Turim, 15.—Affirma-se que o governo não tem noticia alguma de que as quatro potencias, França, Inglaterra, Prussia e Russia, tencionem reunir-se a fim de conferenciarem sobre a questão italiana.

Londres, 15.—Lord John Russell, em resposta a lord Griffith, disse na camera dos lords, que ignorava se a França faz preparativos para pôr o seu exercito da Italia em disposição de obrar com energia, e que não podia dizer tambem se a França tencionava occupar a Italia central para a proteger, tanto n'um sentido, como no outro.

Os lords Normandy, Malmesbury, Clarendon, Derby e Ellenborough, tomaram parte n'uma acalorada discussão politica sobre a questão italiana, perguntando se o governo recebeu novas indicações sobre os projectos da França em relação á Saboya, e combateram energicamente a annexação. Lord Granville affirmou que não se fez nova indicação ao governo.

As sessões da camera foram prorogadas.

Idem, 15.—Lord Palmerston adiou a resposta a uma interpegação relativa á annexação da Saboya, até que o possa fazer mais explicitamente por ser um assumpto de interesse europeu.

Turim, 15.—O rei entrou em Milão. Os applausos, os vivas, as demonstrações, foram extraordinarias.

Idem, 15.—As correspondencias da Sicilia queixam-se de que augmentam as prisões, de que a policia commette excessos, e de que os presos politicos são victimas de vexações de todo o genero.

Dizem as mesmas correspondencias que circula uma proclamação excitando os sicilianos para a insurreição, e que se dão gritos de *viva a Italia, viva Victor Manuel*!

Paris, 14.—O *Moniteur* diz que a abertura do senado e do corpo legislativo fica adiada para o dia 1.º de março proximo.

Londres, 14.—Lord Palmerston pediu a sir Kin glake que adiasse a sua interpegação relativa á annexação da Saboya e Nisa, interpegação esta que, na actualidade, trazia inconvenientes. Sir Kinglake accedeu a esse pedido declarando todavia que de-sejava ouvir explicações a este respeito, antes que factos consumados tornassem essas explicações de todo inuteis.

Paris, 16.—O *Moniteur* diz ter sido suprimido o *Journal de la Bretagne*, folha que se publicava em Saint-Brieux, em consequencia de ter dado a lume nas suas columnas uma exposição de tres deputados dirigida ao imperador e destinada a provocar divisões intestinas na Bretanha, calumniando o imperador, que longe de ser inimigo de sua santidade o tem sempre protegido.

Um jornal de Drese affirmou que a França convidou o papa para que, por seu *motu proprio*, apresente propostas para a solução da questão da Romania.

Idem, 16.—O *Morning Herald* de 13 do corrente diz que na quarta-feira proxima deviam reunir-se os partidarios de lord Derby, a fim de deliberarem acerca da maneira por que devem proceder na discussão dos orçamentos.

O *Morning Advertiser* insistiu na idea de que as quatro grandes potencias se preparam para conferenciar, sem que a Austria tome parte n'essas deliberações.

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espanha*:

Paris, 17.—O jornal officio francez diz que no dia 12 do corrente mr. de Thouvenel dirigiu ao conde de Grammont uma circular, na qual expõe a causa da sublevação da Romania, retira á França toda a responsabilidade d'essa sublevação, proclama a impossibilidade politica de uma intervenção ou de uma occupação, e encarece a necessidade de que a santa se observe uma conducta moderada e conciliadora.

Londres, 16.—Lord John Russell, em resposta a uma interpegação de Peel, disse que o Piemonte declarára que não só não contrahiu compromisso algum relativamente á cessão da Saboya e Nisa á França, mas que até não tencionava ceder essas terras de aquella potencia.

Lord John Russell acrescentou, que se, apesar d'esta declaração, a cessão foi levada á effeito, a Inglaterra está resolvida a manter a neutralidade suissa em todos os districtos, cuja neutralidade se acha estipulada no tratado de Vienna, e que a Inglaterra não communicou á França a opinião formada por outros governos na questão da annexação da Saboya, por quanto os seus agentes ainda não receberam communicações, pelas quaes se possa inferir qual é a opinião desses governos n'este assumpto.

Lord Fitzgerald satisfiz-se com essa resposta, e perguntou se o governo tinha recebido de Turim informações sobre se, depois de unida a Italia central ao Piemonte, lhe seria impossivel conservar a Saboya.

Lord John Russell respondeu que não recebeu informação alguma officio, porém que supõe existir uma communicação dirigida ao Piemonte, na qual se diz que, achando-se o Piemonte consideravelmente augmentado pela annexação da Italia central, as fronteiras francezas poderão considerar-se annulladas se o Piemonte ficar com a Saboya.

S. Petersburg, 16.—A Russia reprova as propostas da Inglaterra para a solução da questão italiana.

## FRANÇA

Diz uma correspondencia de Paris, publicada pelo *Nord*, que chegou já a esta capital a resposta do gabinete austriaco á nota de mr. de Thouvenel. Segundo essa correspondencia, a nota do ministro austriaco é redigida n'uma linguagem essencialmente moderada, e insiste sobre tudo em dois pontos: que o Piemonte tem sempre violado o principio da não intervenção, e que a Austria, não obstante ver que a França não desconhecia os seus compromissos a favor dos principes destronados, não pôde todavia

abandonar as bases de Villafranca e as estipulações de Zurich. Apesar de tudo, a Austria declara não tencionar fazer uso da força para restaurar os principes. Tal é em resumo, segundo o jornal citado, o sentido da nota austriaca.

—O Marquez de Lavalette, embaixador da França em Constantinopla antes de rebentar a guerra do oriente, é o diplomata encarregado de substituir mr. de Thouvenel n'essa embaixada



## EMBARCAÇÃO SAÍDA

Amisade, hiate portuguez, para Setubal.  
Mar bom.—Vento NNE. fresco.  
No dia 19 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar bom.—Vento N.

## BARRA DE AVEIRO

No dia 18 não entrou embarcação alguma.  
EMBARCAÇÕES SAÍDAS  
Dois irmãos, hiate portuguez, para Caminha com sal.  
Conceição de Aveiro, rasca, para o Porto com sal.

No dia 19 não entrou embarcação alguma.  
EMBARCAÇÕES SAÍDAS  
Fins, hiate portuguez, para o Porto com sal.  
Voador do Vouga, hiate portuguez, para o Porto com sal.

União, hiate portuguez, para o Porto com sal.  
Victoria, rasca, para o Porto com sal.  
Moreira, rasca, para o Porto com sal.  
Flor do Porto, rasca, para Lisboa com madeira e feijão.

## BARRA DA FIGUEIRA

No dia 18 não entrou embarcação alguma.  
EMBARCAÇÕES SAÍDAS  
Esperança, hiate portuguez, para Vianna com sal.  
Um patacho inglês para a Terra Nova com sal e fructa.

Fôra da barra ficam dois hiates arribados.—Mar bom.—Vento NNE. brando.  
Profundidade da barra sobre o banco, 12 palmos.

EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 19  
Maria da Gloria, patacho portuguez, de Lisboa com varios generos.  
Novo Viajante, hiate portuguez, do Porto com varios generos.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS  
Tentador 4.º, hiate portuguez, para Lisboa com varios generos.  
Dois Amigos, hiate portuguez, para o Porto com varios generos.

Santa Rita, cabique portuguez, para Cezimbra com sal.  
Fôra da barra fica uma galeota norueguesa.—O mar bom.—Vento NNE. regular.

## BARRA DA ERICEIRA

No dia 18 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar bom.—Vento claro.—Vento NNE.  
No dia 19 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar bom.—Vento claro.—Vento NNE.

## BARRA DE SETUBAL

No dia 18 não entrou embarcação alguma.  
EMBARCAÇÕES SAÍDAS  
Boa Hora, hiate portuguez, para o Porto, com sardinha e arroz.

Primavera, hiate portuguez, para o Porto, com sardinha e arroz.  
Beijinho, hiate portuguez, para o Porto, com sardinha e arroz.

Boa Lembrança, hiate portuguez, para Faro, com trigo e encomendas.

Senhora da Conceição, cabique portuguez, para Olhão, com varios generos.

Santa Rita, cabique portuguez, para Cezimbra, com sal.

Bom tempo.—Vento N.

## EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 19

Agua, hiate portuguez, de Lisboa em lastro.  
Vencedora, canoa portugueza, de Sines, em lastro.  
Mevens, escuna dinamarqueza, de Lisboa com sal.

Não saiu embarcação alguma.—Bom tempo.—Vento N.

## BARRA DE VILLA REAL DE SANTO ANTONIO

No dia 18 não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.—O mar está bom.—Vento variavel.

## EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 19

Sarahbridgat, patacho inglês, do Gibraltar, em lastro.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.—O mar está bom.—Vento variavel.

## BARRA DE TAVIRA

Não entrou nem saiu embarcação alguma.—Vento N. mais e menos fresco.

No dia 19 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Bom tempo.—Vento N.

## BARRA DE FAIRO

EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 19  
Senhora do Rosario, rasca, de Villa Real de Santo Antonio, com sal e bren.

Sacramento e Almas, cabique portuguez, arribado. Não saiu embarcação alguma.

## EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 19

Senhora da Conceição, cabique portuguez, de Lisboa, com varios generos.

Ave Maria, de Gibraltar, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.—O mar bom.—Vento variavel.

## BARRA DE VILLA NOVA DE PORTIMÃO

EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 17  
Boa Fortuna, hiate portuguez, arribado por causa do tempo.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra estão fundeados, para entrar, um brigue inglês e um palhabor portuguez.—O mar está bom.—Vento NNE. fresco.

## EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 19

Senhora das Neves, palhabor portuguez, de Vianna do Castelo, com milho, tendo feito duas arribadas; uma a S. Martinho, e outra a Sines.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra continua a estar fundeado o brigue inglês, o qual não tem podido entrar por causa do vento fronteiro.

O mar está bom.—Vento NNE. fresco.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 20 de fevereiro de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

## AVISOS

## MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

S. ex.º o conselheiro presidente da assemblea geral d'este monte pio de novo convidou todos os srs. socios a comparecerem, para o fim já annunciado, no local do costume, ás onze horas da manhã do proximo domingo, 26 do corrente.

Nos termos dos estatutos as deliberações que então se tomarem terão validade, seja qual for o numero de socios presentes.

Lisboa, em 20 de fevereiro de 1860.—Joaquim Victor da Silva Teixeira de Gusmão, secretario da mesa da assemblea geral.

## ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assemblea geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 25 do corrente, pelas sete horas da noite, para discutir e votar o parecer do conselho fiscal sobre o relatório e contas da direcção, e proceder á eleição do novo conselho e direcção.

Igualmente se previnem os srs. socios de que o mencionado parecer se acha patente na sala da associação por espaço de oito dias.

Lisboa e sala da associação, aos 16 de fevereiro de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

## CENTRO PROMOTOR

É convocada a assemblea geral para quinta feira, 23 do corrente, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia: 1.º, eleições de um secretario e um vice-secretario da mesa, e de cinco membros para a commissão de contas; 2.º, segundas leituras: 3.º, discussão do regimento interno.—O secretario, J. A. Dias.

## MONTE PIO GERAL

A direcção deste monte pio previne os socios n.ºs 47, 65, 75, 103, 107, 118, 168, 169, 195, 204, 221, 227, 289, 297, 332, 376, 452, 446, 465, 577, 587, 590, 606, 636, 722, 787, 852, 860, 871 e 888, para virem satisfazer os seus debitos até ao fim do corrente mez, sob pena de que se acha disposto no n.º 1.º do artigo 8.º dos estatutos. E bem assim que ao socio n.º 584 é a terceira e ultima vez que se lhe faz aviso por meio de carta, segundo a resolução E da assemblea geral, annexa aos estatutos. Escrepção do monte pio geral, 16 de fevereiro de 1860.—O secretario, Augusto Cesar da Fonseca.

De ordem do ex.º sr. conselheiro presidente da assemblea geral é convocada a mesma para se reunir na quinta feira, 23 do corrente, pelas seis horas da tarde, a fim de se continuar a discussão do projecto de reforma dos estatutos.

Lisboa, e sala das sessões, 19 de fevereiro de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

## BANCO DE PORTUGAL

A direcção annuncia que, em conformidade do disposto no artigo 13.º do seu regulamento admi-

nistrativo, venderá em leilão mercantil na alfandega grande de Lisboa, por conta de quem pertencer, no dia 2 do proximo mez de março, o penhor do empréstimo n.º 140, vencido em 20 de abril de 1858, e que consta de dez caixas de assucar mascavado, marca MF da Bahia, pelo navio portuguez Eurico, capitão Luciano Alves Conceição, contra marca 2338/57. Lisboa, 20 de fevereiro de 1860.—Os directores, José Ignacio de Andrade—José Roca.

## ANNUNCIOS

1. D. FRANCISCA MARIA WALSH e D. Amélia Sarsfield Walsh agradecem por este meio a todas as pessoas que se dignaram acompanhar o corpo de seu fallecido marido e filho, Henrique Eduardo Walsh a sua ultima morada; e pedem desculpa de qualquer falta involuntaria que tenha havido na transmissão dos convites, e que foram impossiveis evitar em occasias de tanta dor.

2. PELO JUÍZO DA 5.ª VARA, escrivão Marques, e inventario entre maiores a que se procede da ex.ª marquez de Pombal, D. Leonor, correm editos chamando quem se julgar credor ao casal da finada, a fim de apresentarem os titulos de seu credito em quinze dias, pena de revelia.

3. PELO JUÍZO DA 4.ª VARA, escrivão Jacome, e inventario a que se procede orphologicamente da ex.ª marquez de Pombal, D. Margarida, são citados e chamados por editos de quinze dias os que se presumam com direito á sua herança, a fim de o deduzirem no dito juizo, juntando os titulos de seus creditos para serem tomados em consideração pelo respectivo conselho de familia, e isto com a pena de revelia.

4. PELO JUÍZO DE DIREITO da comarca de Moura, e cartorio do escrivão Vianna, correm editos de trinta dias, que findam em 14 de março do corrente anno, chamando a juizo todas as pessoas incertas que se julguem com direito ao producto por que Antonio Joaquim Santanna, e sua mulher Maria da Cruz Santanna, ambos da cidade de Beja, venderam quatro geras de olivais, sitas nos subúrbios d'esta villa, a Joaquim Theonito de Sousa Segurado, por 400,000 réis, com a pena de serem lançados na segunda audiencia posterior ao dito prazo, não comparecendo.

ANSELMO DAMAZIO ROUSSADO GORJÃO, administrador do concelho dos Olivais, por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde, etc.

FAÇO SABER que Bento Friaça requereu licença para a conservação de uma fabrica de velas de cebo na estrada do Arco do Cego, n.º 59, freguezia de S. Jorge, e tendo-se procedido á vistoria foi declarado pelos peritos estar no caso de ter logar a conservação da dita fabrica, sem incommodo da saúde publica, e pertencer á segunda classe da tabela annexa ao decreto de 27 de agosto de 1855; estão por tanto correndo editos de trinta dias, chamando todas as pessoas que por qualquer motivo se quizerem oppor á conservação da mesma fabrica n'aquelle sitio, a apresentarem as suas reclamações n'esta administração, dentro do dito prazo, findo o qual seguirá o processo os seus devidos termos, na conformidade do citado decreto. Para constar mandei publicar este edital. Administração do concelho dos Olivais, em 18 de fevereiro de 1860. E em João Carlos de Sá, escrivão d'esta administração, o subscrevi.—Anselmo Damazio Roussado Gorjão.

## EDITAL

JOÃO DE FREITAS MENDONÇA CASTEL BRANCO MANUEL, bacharel formado em mathematica pela universidade de Coimbra, e administrador do concelho da Covilhã, por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde, etc.

FAÇO SABER que por esta administração, em virtude dos artigos 4.º e 15.º do decreto de 27 de agosto de 1855, se pro-

cedeu ás diligencias ali ordenadas para o estabelecimento da fabrica de destillação de aguardente do bacharel André da Fonseca Carcino, sita no Tarroiro, freguezia do Tortuzendo, a qual, pela vistoria a que se procedeu, foi julgada em estado de exercer o seu fabrico sem prejuizo da saúde publica, e foi classificada na segunda classe da tabela que acompanha o citado decreto, que a permite junto ás habitações. E para que chegue á noticia de todos, e possam reclamar no prazo de trinta dias, contados da data do presente edital, na forma dos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º dos artigos 5.º e 6.º do mesmo decreto, mandei lavar o presente, que será affixado nos logares do estylo, e publicado no *Diário de Lisboa*. Administração do concelho da Covilhã, 13 de fevereiro de 1860.—O administrador do concelho, João de Freitas Mendonça Castel Branco Manuel.

## EDITAL

JOSÉ DE CASTRO CORREIA DE LACERDA, fidalgo da casa real, e administrador do concelho de Aljô, etc.

FAÇO SABER que Joaquim Fernandes Amaro, de Prescandães, e Rufino Borges, d'esta villa, pretendem fundar um estabelecimento de destillação de aguardente no sitio do Pousado do Souto, fóra da povoação do dito logar, para cujo fim se procedeu a exame e vistoria, e da mesma não resultou impedimento algum para a fundação do novo estabelecimento. E por este convito a reclamar perante a administração do concelho, dentro do prazo de trinta dias, todos aquellos que por qualquer motivo tiverem que oppor ao pretendido estabelecimento. E para que o referido chegue ao conhecimento de todos mandei affixar o presente edital nos logares mais publicos do concelho. Aljô, 11 de fevereiro de 1860.—O administrador, José de Castro Correia de Lacerda.—Está conforme.—O secretario da administração, Antonio Pinto da Silveira Lobão.

8. JOÃO LUIZ FERNANDES, de Villa Chã de S. Roque, no Juizado e comarca de Oliveira de Azeméis, annuncia que pelo juizo do mesmo Juizado e comarca, e cartorio do escrivão José Carneiro Guimarães, requereu e promove a curadoria dos bens do ausente seu primo, José Luiz, natural da mesma freguezia de S. Roque, para que se algum se julgar com direito aos ditos bens e curadoria o venha deduzir opportunamente no mesmo juizo e cartorio, aonde estão correndo os editos de quinze dias da lei, para depois se offerecerem na primeira audiencia os artigos de habilitação.

9. PEDRO RODRIGUES, na qualidade de testamenteiro da fallecida Maria Joaquina, em resposta ao annuncio feito por Maria das Dores Lanes, inserto no *Diário de Lisboa* de 9 do corrente mez, declara que a venda e arrematação, que deve ter logar no dia 23 do corrente, e annunciada no *Diário* de 31 de janeiro passado, das propriedades pertencentes ao casal da dita fallecida, é legalmente feita, e em cumprimento de accordos da relação, e despacho do juiz do inventario, e todos os bens estão livres e desembarçados; que os protestos a que a dita Lanes se refere, e que o annunciante contra-protesta, não lhe dão direito algum, nem por isso em juizo já a dita Lanes reconheceu a validade do testamento depois do seu annuncio de 9 do corrente, tendo soffrido sentenças contra na acção que propoz, onde nem pôde provar a sua propria habilitação e identidade de pessoa legitima, é por conseguinte pessoa incompetente para fazer protestos e annuncios taes, e hoje só pertence ver se pôde obter uma pequena parte dos remanescentes que a fallecida applicou para pessoas necessitadas; finalmente, declara-se que as arrematações tem logar no dia 23, ás onze horas, perante o juizo da 2.ª vara.

## LEILÃO

RUA DO FERREJAL DE CIMA, N.º 14

Por intervenção do correitor do n.º A. O. Guimarães

10. QUINTA FEIRA 23 DO CORRENTE, ás onze horas, no local acima indicado, se fará venda de um bonito echele, um coupé, uma americana, e um carro de quatro rodas, arcos, e uma boa parella de egãos.

## OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 43' 45" Longitude + 9° 8' 49" Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Tejo 1.226.

## QUADRO COMPLEMENTAR

1839		THERMOMETROS DAS TEMPERATURAS LIMITES								UDÓGRAPHO	VAPORIMETRO	OZONOMETRO		ANEMÓGRAPHO	ESTADO GERAL DO TEMPO, ETC.				
DEZEMBRO	MAXIMA	MINIMA	VARIAÇÃO DIURNA	MÉDIAS DIURNAS	MAXIMA AO SOL	MAXIMA NA RELVA	MINIMA NA RELVA	MINIMA NO ESPELHO PARABOLICO	DE NOITE			DE DIA	2 HORAS DA MANHÃ		MEIO DIA	3 HORAS DA TARDE	9 HORAS DA NOITE		
DIAS E PHASES DA LUA	GRaus CENTESIMAS								MILLIMETROS		GRaus MEDIOS		KILOMETROS POR DIA						
1	16,2	8,6	7,6	12,4	20,7	22,0	9,4	-	0,4	7,64	9,0	4,0	712	Nub. chuv. pela madrugada.	Nub. chuv. t. ventoso.	Nub. t. ventoso.	B. t.		
2	12,2	6,3	5,9	9,2	21,6	30,5	0,9	2,6	0,0	2,00	4,5	5,5	294	Hor. alg. t. emn. m. b. t.	Nub. b. t.	Na. disp. b. t.	Enc. t. hu.		
3	11,0	5,2	5,8	8,1	16,4	-	-	-	14,4	1,44	9,5	9,5	532	Nub. ch. por inter.	Told. chuv. ch. por inter.	Nu. t. ventoso.	Lim. t. f.		
4	9,4	4,3	5,1	6,8	15,7	21,6	-	2,0	0,0	7,00	4,5	5,5	574	T. cl. e f.	T. ventoso e f.	T. ventoso e f.	M. b. t.		
5	9,4	2,1	7,3	5,7	15,3	18,8	-0,2	-0,2	0,0	4,80	5,5	4,5	478	T. ventoso e f.	Enc. t. f. e som.	Enc. t. f. e som.	Told. app. de trov. ao pt.		
6	8,5	2,8	5,7	5,6	11,4	16,5	-1,8	6,0	5,1	3,80	4,0	5,5	392	Nub. t. som.	M. b. t.	M. b. t.	Nub. m.º emn. t. hu.		
7	11,8	5,4	6,4	8,6	21,8	22,1	-1,8	-	0,0	0,78	5,5	4,5	115	M. b. t.	Enc. ch. mi. até ás 10 h. m.	Enc. asp. de trov.	Told. ch. mod.		
8	16,2	8,9	7,3	12,5	21,0	24,5	1,6	6,2	11,2	1,60	8,0	7,0	398	Nub. ch. das 6 h. 20' ás 8 h. 15/	M. b. t.	M. b. t.	B. t.		
9	17,5	11,8	5,7	14,6	23,9	27,7	8,0	-	0,0	3,00	8,5	5,5	477	M. b. t.	M. b. t.	Lig.º nub. m. b. t.	M. b. t.		
10	15,1	9,1	6,0	12,1	23,1	28,0	5,0	6,6	0,0	5,28	4,5	5,0	322	M. b. t.	M. b. t.	M. b. t.	Enc. b. t.		
11	13,9	6,2	7,7	10,0	21,5	26,9	2,1	5,1	0,0	2,08	5,0	4,5	242	Lig.º nub. t. ventoso.	Lig.º nub. b. t.	Lig.º nub. b. t.	B. t.		
12	13,0	6,8	6,2	9,9	15,8	23,1	3,4	-	0,0	3,00	5,0	4,5	393	Lig.º nub. b. t.	Lig.º nub. b. t.	Lig.º nub. b. t.	T. alg. t. ventoso.		
13	11,8	4,4	7,4	8,1	17,9	23,0	-	2,6	0,0	2,08	4,5	4,5	442	Nub. b. t.	Hor. alg. t. emn. m. b. t.	M.º emn. m. b. t.	M. b. t.		
14	11,5	3,2	8,3	7,3	22,6	23,0	-3,6	-	0,0	4,00	4,5	4,5	266	Hor. bastante emn. e m. b. t.	M. b. t.	M. b. t.	Lim. t. f.		
15	10,5	3,7	6,8	7,1	18,2	29,5	-1,6	1,0	0,0	4,00	4,5	4,5	442	M. b. t.	Hor. lig.º emn. m. b. t.	M. b. t.	Hor. emn. b. t.		
16	17	12,0	3,6	8,4	7,8	20,0	-2,8	-0,2	0,0	2,08	2,5	2,5	95	Hor. emn. ao SE, t. f.	B. t.	Enc. t. som. e f.	Told. ch. ra. ás 7 t.		
17	18	6,7	4,1	2,6	5,4	8,1	10,0	0,8	3,1	0,0	1,60	6,5	8,5	325	Nev. frac. b. t.	T. som. e f.	Enc. t. som. e f.	M. b. t.	
18	19	9,9	5,4	4,5	7,6	15,6	22,0	2,1	-	0,0	1,28	7,0	6,0	550	Enc. t. f. e som.	Lig.º nub. b. t.	Nub. t. ventoso e f.	Lig.º nub. no hor. m. b. t.	
19	20	9,8	2,0	7,8	5,9	18,2	25,7	-3,8	-0,4	0,0	6,16	4,5	4,5	202	Lig.º nub. b. t.	Hor. emn. ao SE, t. f.	M. b. t.	T. f.	
20	21	9,5	0,2	9,3	4,8	19,8	24,6	-3,1	-0,3	0,0	1,44	6,0	5,0	158	Hor. emn. ao SE, t. f.	T. el. e f.	Nub. t. enc. e f.	Enc. hor. m.º emn. t. f.	
21	22	8,0	2,3	5,7	5,1	14,2	21,3	-2,4	1,0	0,0	2,00	5,0	4,5	178	Nub. t. enc. e f.	Nub. t. enc. e f.	Enc. nev. fra.	Enc. nev. fra.	
22	23	12,0	4,3	7,7	8,1	18,8	22,8	-2,7	0,7	0,5	1,26	5,5	6,0	103	Nev. frac. b. t.	Enc. nev. fra.	Told. alg. ch. antes.	Enc. ch. mod.	
23	24	14,6	7,5	7,1	11,0	-	15,1	11,4	-	22,6	3,28	9,5	10,0	823	Told. alg. ch. antes.	Temp. de SO, ch. antes.	Temp. do SO, ch. mod.	Temp. do SO, ch. mi.	
24	25	14,9	11,8	3,1	13,3	-	23,1	5,0	-	0,0	2,50	6,0	5,5	361	Temp. de SO, ch. antes.	Nub. v. bon. t.º	Nub. t.º	Nub. t.º	
25	26	14,0	10,2	3,8	12,1	20,6	30,0	7,1	-	3,7	3,20	10,0	8,5	452	Nub. t. enc. e f.	Enc. ag. pela madrugada.	Nub. b. t.	Enc. p.º ag. antes.	
26	27	17,0	12,6	4,4	14,8	25,5	24,1	12,8	-	4,6	2,80	9,0	5,0	305	Nub. ch. mi. até ás 8 h. 40/	Nub. ch. mi. até ás 8 h. 40/	Nub. t. hu.	Told. nev. fra. ch. por vezes.	
27	28	17,0	13,9	3,1	15,4	23,8	24,1	12,8	-	3,2	2,40	9,0	9,0	327	Nub. ch. ás 2 h. n.	Told. chuv. ás 10 h. m.	Nub. ch. mi. até ás 10 h. 20/	Told. chuv. t. m.º hu.	
28	29	16,5	13,2	3,3	14,8	22,2	27,8	01,6	-	0,1	1,80	8,5	4,5	168	Enc. ch. mi. cer.	Nub. ch. mi. até ás 10 h. 20/	Nub. b. t.	Enc. ar. b. t.	
29	30	16,5	12,2	4,3	14,3	24,1	29,3	11,0	-	0,0	1,00	7,5	3,0	184	Hor. alg. t. emn. b. t.	M. b. t.	Enc. nev. t. hu.	Enc. nev. t. hu.	
30	31	15,3	10,4	4,9	12,8	23,6	29,8	5,8	-	0,0	1,00	7,5	3,0	184					
MÉDIAS	das décadas	1.ª	12,73	6,45	6,28	9,59	19,09	23,52	2,64	2,97	-	-	6,35	5,65	413,4				
		2.ª	10,74	4,12	6,62	7,43	17,40	23,64	-0,82	1,11	-	-	4,90	4,75	314,3				
		3.ª	14,12	8,96	5,16	11,54	21,43	24,13	5,55	-	-	-	7,41	6,27	313,2				
	do mes		12,58	6,59	5,99	9,59	19,22	23,79	2,55	-	-	-	6,26	5,58	345,9				
Número de dias de chuva ou chuvisco ..... 11																			
Extrema do mez	Maxima (das 4 epochas diarias).....	764,10 em 30 ás 9 h. da manhã								17,7 em 9 ás 3 h. da tarde		17,2 em 9 ás 3 h. da tarde		100,0 em 23 ás 9 h. da manhã		17,5 em 9		Dia 3: Ch. for. pela madrugada	
	Minima .....	743,90 » 25 ás 3 h. da tarde								3,4 » 22 ás 9 h. da manhã		2,0 » 21 ás 9 h. da manhã		37,0 » 19 ás 3 h. da tarde		0,2 » 21		» 9: Alguma ch. de algodão	
	Variação maxima .....	20,80								14,5		15,2		63,0		34,8		» 14: Emn. até ás 8 h. da manhã, ge.	
																		» 16: Ge. até ao meio dia	
																34,8		» 17: Ge.	
																34,8		» 20: Ge.	
																34,8		» 21: M.º ge.	
																34,8		» 22: H. ord. das 9 h. da manhã á 1 h. da tarde	
																34,8		» 25: Temp. e ch. por todo o dia	